

Dossiê dívida social

Apresentação: *de cara limpa*

AMÉLIA COHN

O texto que aqui se apresenta reúne informações básicas sobre a situação social brasileira. Mesmo sem pretender caráter exaustivo, foram organizadas de modo a compor um retrato fiel da dimensão da pobreza, das questões atinentes ao mercado de trabalho, bem como da questão da integração dos assim chamados *grupos socialmente vulneráveis*.

Há consenso sobre um aspecto do documento: o país apresentou-se ao mundo *de cara limpa*. Não resta dúvida de que os dados nele contidos e analisados exprimem nossa realidade, com toda a contundência – e discreta indignação – que ela suscita. Tal fato fica ainda mais saliente quando se compara este Relatório com os dos demais países latino-americanos. Nestes, predomina o tom mais burocrático-formal da *prestação de contas*, quando não o tom claramente oficial.

Resta, portanto, saber o que justifica essa especificidade de nosso documento. Um dos fatores fundamentais a possibilitar que ele tivesse essa característica reside no processo de sua elaboração, cujo mérito cabe ao Ministério das Relações Exteriores, que, ao organizar uma série de seminários temáticos, possibilitou juntar o debate técnico-acadêmico àquele que vem se dando nos distintos setores organizados da sociedade. Associa-se a isso a circunstância de ter-se iniciado o processo de elaboração do documento no final de um mandato presidencial, para ser encerrado na vigência de um novo mandato.

Esses dois fatores contribuíram para que o Brasil apresentasse um documento *brasileiro* mais do que um documento *do Governo* – evidente que com o necessário aval do último. Daí a organização do texto: apresentados os dados, com a devida análise, um capítulo final resume as propostas do atual governo para a área social.

Mas a própria experiência da elaboração desse documento oficial, com a participação de pesquisadores especializados nas várias áreas temáticas, de diversas ONGs, de centrais sindicais, de organizações empresariais, de centros de pesquisas e de órgãos estatais – como o Ibge –, deixa o testemunho da necessidade de diálogo e debates permanentes na busca de soluções não só para o *alívio da pobre-*

za mas, sobretudo, para a *superação da pobreza* em nossa sociedade. Parece ser tal distinção da maior importância para que as políticas sociais do país não permaneçam no âmbito das medidas pontuais e sujeitas ao clientelismo, dada a nossa tradição. E essa distinção está presente no documento, alertando para a necessidade da superação de tradicionais dicotomias que vêm regendo as políticas sociais brasileiras, tais como desenvolvimento econômico *versus* desenvolvimento social, universalidade *versus* focalização, centralização *versus* descentralização. Sobre tudo, aponta para a necessidade de se distinguir o público do estatal, o que permite elevar o debate sobre a privatização e a responsabilidade do Estado a um outro patamar.

Por fim, essa experiência de elaboração do Relatório Nacional Brasileiro para a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social reafirma o papel da Universidade no debate público e seu engajamento em processos de relevância nacional e internacional, com relação aos quais seus quadros docentes e de pesquisadores têm responsabilidades de peso. Experiências como essa confirmam a dimensão pública da Universidade, expressa no desafio de responder a demandas sociais das mais variadas naturezas que lhe são apresentadas e às quais seus quadros não podem se furtar a participar. Não é de causar estranheza, portanto, a presença, no final do texto, do elenco dos docentes e pesquisadores que colaboraram na tarefa.

Amélia Cohn é docente do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP e pesquisadora do CEDEC.